

Toponímia Kalunga: aspectos da inter-relação língua, povo e território

Kalunga Toponymy: aspects of the relationships among language, people and territory

*Kênia Mara de Freitas Siqueira**

**Universidade Estadual de Goiás (Pires do Rio)*

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar algumas considerações sobre os nomes das comunidades Kalunga, Nordeste de Goiás. A metodologia de pesquisa consiste de um conjunto de procedimentos qualitativos para coleta e seleção dos dados e posterior interpretação da inter-relação língua-população-território, isto é, o referencial teórico pauta-se numa proposta ecossistêmica para descrição e análise dos dados. Demonstra-se assim a motivação subjacente ao signo topônimo, mediante um percurso onomasiológico para descrever as relações semântico-lexicais contidas nos locativos que designam os lugares quilombolas. São analisados quatorze topônimos de acordo com o arcabouço teórico ecossistêmico.

Palavras-chave: Toponímia. Kalunga. Linguística ecossistêmica.

Abstract: The objective of this article is to show some results of a study of Kalunga toponymy from a ecosystemic-linguistic point of view. The fundamental concept is therefore the relationships among the members of the triad language-people-territory. Following an onomasiological trajectory, some of the lexicosemantic relations contained in the maroon place names will be investigated. The place names in this instance are fourteen.

Keywords: Toponymy. Kalunga. Ecosystemic linguistics.

Introdução

A toponímia ocupa-se dos locativos, ou melhor, preocupa-se com a análise de nomes comuns ou próprios revestidos de função toponímica. Nesse sentido, procura-se enfocar as características inerentes aos nomes próprios de lugar, além de tentar elucidar características específicas em termos de motivação, pois as causas denominativas que lhes confere o *status* de nome de lugar são as mais variadas possíveis. Disso decorre a utilização da pesquisa qualitativa, haja vista a natureza subjetiva inerente ao processo de nomeação dos lugares. À nomeação vinculam-se normalmente, motivações que, de certa forma, revelam não apenas aspectos da visão de mundo do nomeador, mas também características léxico-culturais e histórico-geográficas do espaço nomeado. Características essas que fazem do topônimo um artefato cultural, pois carrega a memória de épocas do surgimento do nome do lugar, fator que justifica a estreita relação entre toponímia e manifestações ideológicas. Na esteira desse raciocínio, intenta-se elucidar as motivações subjacentes aos topônimos, especificamente, os nomes das roças da comunidade Kalunga do Engenho II (GO), localizada na Chapada dos Veadeiros, Nordeste de Goiás, mediante estudo qualitativo.

Acolhe-se também o arcabouço teórico ecossistêmico que vê na tríade língua (L), população (P) e território (T) uma estreita inter-relação em que se considera que a população está entre a linguagem e o mundo. Dito de outro modo, o mundo é ressignificado (apresentado, representado) pela língua por meio da população que fala essa língua. Assim, em sua práxis cotidiana permeada pelas interações dos membros entre si e com o mundo semântico conceitual e referencial é que o léxico se constrói, nomeando e construindo conceitos para os objetos do mundo.

1 A Comunidade kalunga

Pautada em documentos, arquivos antigos e em narrativas dos próprios moradores, Baiocchi (1999) afirma que as comunidades afrodescendentes que vivem na região Nordeste do Estado de Goiás, originaram-se de quilombos de escravos fugidos das minas dos arraiais auríferos à época do declínio do ciclo do ouro em Goiás. A antropóloga indica também o processo de ruralização, caracterizado pela grande concentração fundiária desses remanescentes do regime escravocrata brasileiro.

A discussão acerca da controvérsia sobre a existência ou não de um quilombo formador de comunidades de remanescentes de escravos nessa região do Brasil (o povo Kalunga) prolonga-se além do escopo deste trabalho. Devido a isso e a inúmeras lacunas na história, aqui se acolhe o argumento de que os Kalunga são realmente uma comunidade quilombola, provavelmente, descendentes dos antigos escravos que trabalhavam nas minas de extração de ouro de Cavalcante (GO).

O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (Lei Estadual 11.409, de 21 de janeiro de 1991) abrange uma área de aproximadamente 253 mil hectares, na Chapada dos Veadeiros, Nordeste de Goiás, a 600 quilômetros de Goiânia, capital do estado e a 330 de Brasília.

O povo Kalunga vive em comunidades divididas em núcleos populacionais menores espalhados numa imensa área que abrange os limites de municípios goianos tais como Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre. Estudos mais recentes dão conta de que o T Kalunga se divide em quatro núcleos populacionais (ou municípios): Vão de Almas, Vão do Moleque, Vão da Contenda e o Ribeirão dos Bois. Esses municípios estão localizados na chamada microrregião da Chapada dos Veadeiros, inserida na rota do turismo ecológico goiano, fato que resultou na valorização da região e impulsionou a compra e venda de terras, nem sempre de forma legal. Isso tem acelerado um processo de desterritorialização e conseqüente transformação da ocupação dos lugares Kalunga, afetando, obviamente, o grau de sustentabilidade até então mantido pelas comunidades quilombolas da região.

A comunidade do Engenho II localiza-se a 30 quilômetros da cidade de Cavalcante. Conforme Velloso (2007), a comunidade conta com 14 roças, nomeadas pelos próprios membros, a saber: Bocaina, Brocotó, Candarú, Cercado, Chambá, Chapinha, Choco, Fundão, Marça, Marçazinho, Mato Seco, Palmeira, Segredo e Terra Vermelha. Esses topônimos constituem o objeto de estudo desta pesquisa. Dados preliminares indicam que esses designativos toponímicos estão, de alguma maneira, associados ao nome das regiões em que se localizam e também a fatores topográficos, históricos e culturais específicos da formação de cada região e ainda se ligam aos próprios lavradores kalunga, cujos nomes, muitas vezes designam essas roças, conferindo-lhes também a posse (roça do Ranulfo). Procura-se evidenciar uma descrição dos dados sob a ótica ecossistêmica, caracterizada brevemente na seção a seguir.

2 A Ecolinguística

Os estudos ecolinguísticos podem ser definidos em consonância com a frase de Machado (2012, p. 100): “A vida sempre depende de outras vidas”; ou melhor, a vida é teia de relações, é uma rede constituída por indivíduos que se influenciam mutuamente; um sempre depende do outro, não importa em que ponto da cadeia esteja. O que afeta um, mais cedo ou mais tarde, afetará o outro.

Nessa direção, para uma análise voltada para as relações entre língua (L), população (P) e território (T), ou ecossistema fundamental da língua (EFL), torna-se necessário pensar a língua (L) e seu Meio Ambiente (MA), partindo da ideia básica de que a língua “faz parte de uma grande teia de relações”. Nesse sentido, para que exista L, é necessário que antes, exista um T em que P viva e conviva. Da convivência entre os Ps, emerge a L. O P está entre a L e o mundo (ou T). P é uma espécie de filtro por onde a língua tem de passar. Assim, pode-se dizer, mais ou menos como Sapir (1969), que a língua reflete o mundo, mas não de maneira mecânica, inexorável. A visão de mundo é formulada pela língua, mas, de certa forma, essa visão de mundo advém do próprio mundo. O que quer dizer que a maneira de ver o mundo não é determinada pela língua, é apenas direcionada por ela.

Para Couto (2007), do ponto de vista ecológico, P, T e L não podem ser separados um do outro, pois formam um todo, um ecossistema. P, T e L se encontram em estreita relação, mas podem ser estudados separadamente a fim de se observar as especificidades de cada ambiente, seja o ambiente físico, o linguístico ou o ambiente mental e cognitivo de P, tomado individual ou coletivamente. Deve-se considerar, então, que organismos e lugares moldam-se mutuamente, a maioria das culturas situa-se em determinado território, os seres humanos alteram seu MA (*habitat*) para adequá-los a si próprios (princípio da adaptação). Os membros de P interagem entre si além de interagirem com T. Das intensas interações entre membros de P é que surge a L. Assim, a relação entre L e T é mediada por P. O elemento humano P, se interpõe entre o mundo, a realidade física ou cultural e a língua que representará ou interpretará essas relações de uma forma intrinsecamente ligada à visão de mundo da população acerca do território circundante. Em relação à nomeação dos lugares, cabe à língua a função de revelar como essa visão de mundo amolda a forma linguística ao referente, rompendo seu caráter arbitrário e fazendo com que o objeto nomeado passe a incorporar as feições daquilo com que foi designado.

Convém lembrar que esse território é físico em primeira instância, mas estende-se por espaços não físicos, como os sensoriais e antropoculturais, no sentido de que existem no ambiente mental da língua, ou melhor, no ecossistema mental da língua que guarda as

informações acerca de como a língua foi formada, armazenada e processada no cérebro, nas conexões neurais. A esse aspecto deve-se sempre vincular a questão da adaptação, seja em que âmbito ela se der: adaptação ao território, à cosmovisão do grupo. Ainda que espaços criados no imaginário popular, as fronteiras e limites do território físico geográfico são mentalmente traçadas, as fronteiras do lugar nomeado se encontram bem definidas pelos organismos que o habitam. Lugares esses que também requerem adaptações, haja vista as necessidades mais subjetivas criadas ao longo da trajetória de ocupação dos espaços tomados pelo ser humano.

Em outras palavras, há uma acomodação no mundo mítico, pois o conjunto de lendas e histórias que explicam aquilo para o que P não encontra uma resposta calcada na lógica, ampara a manutenção de tradições, costumes, ritos oferecendo a realização de suas subjetividades, ainda que em determinadas (várias) situações, a população se veja em situações do princípio da abertura ou porosidade, ou seja, situações de contato e/ou trocas de energia com ecossistemas adjacentes. Nesse aspecto, o topônimo pode ser considerado um repositório de tudo que diz respeito ao ecossistema fundamental da língua (EFL), pois resguarda elementos linguísticos que podem sinalizar para as prováveis conexões que regem a teia da vida, manifestadas nas relações estabelecidas entre as sociedades humanas e a natureza e apresentadas e representadas pela língua.

De acordo com Couto (2007), a importância de T para emergência de L é o dado revelador de que um dos primeiros elementos lexicais de uma língua em formação, numa situação de contato (ou não), é o nome para o próprio de T, que é um topônimo. Assim, só é possível afirmar que há uma nova comunidade de fala quando essa recebe um nome. Quando é “batizada”, quando recebe um nome deixa o anonimato, passa a existir, se dá a conhecer. Passa a ser o referente de um signo linguístico, muitas vezes tomado não apenas como um designativo toponímico, mas como o “próprio lugar”. Na verdade, segundo Biderman (2001), a nomeação da realidade é, de certa forma, a primeira etapa do percurso científico no conhecimento do universo. Conhecer os lugares requer nomeá-los para fazer referência a eles, é preciso antes designá-los. Nomeá-los é também conhecê-los.

Na história de Goiás, os topônimos representaram o mote que impulsionou as respectivas Bandeiras e a “descoberta” do território por Bartolomeu Bueno da Silva (o filho), que só encontrou as Minas dos Goyazes porque seguiu o traçado topográfico indicado pelos topônimos nos inúmeros relatos dos primeiros viajantes que incursionaram pelo território goiano. Pode-se ponderar então que essa visão de língua ancora a descrição e interpretação dos dados concebidos numa abordagem qualitativa já que se estrutura a partir da interpretação do ato de nomeação e de todos os processos a ele relacionados.

As populações Kalunga mantêm, desde tempos imemoriais, uma estreita relação com T, o que resultou num conhecimento amplo e multifacetado dessa realidade. Aliás,

segundo relatos dos moradores dessas comunidades, a escolha do lugar onde fixaram suas moradias e roças se deve às características da topografia de T. O terreno acidentado proporcionou-lhes o lugar perfeito para se esconderem de prováveis perseguidores, implacáveis na captura de seus ancestrais.

A água em abundância, a vegetação do cerrado goiano farta de frutos e ervas medicinais que são aproveitadas até hoje de diversas maneiras como remédios, como alimentos, na construção de moradias, canoas ou ainda como utensílios e utilizações diversas.

A inter-relação P e T transparece em L na riqueza do léxico botânico, as plantas receberam designação específica advinda de suas características (formato, tamanho, floração, sazonalidade) ou de suas funções terapêuticas. Araújo (2014), em sua tese de doutorado, faz um estudo consistente do conhecimento botânico dos Kalunga mediante a análise lexical dos nomes de plantas medicinais, ou apenas comestíveis, encontradas quase que exclusivamente na região, a saber, pimenta-de-macaco, carne-de-vaca, catinga-de-porco, marmelada-de-cachorro, pau-terra-da-folha, unha-de-boi. Cabe ressaltar, conforme Araújo (2014), que toda região apresenta formação florestal característica de mata ciliar, mata de galeria, mata seca, cerradão, cerrado propriamente dito, parque de cerrado, palmeiral, vereda, campo sujo, campo rupestre, campo limpo e ainda áreas cuja vegetação é específica de várzea ou brejo.

Nesse sentido, evidenciam-se alguns conceitos ecológicos importantes do ponto de vista ecolinguístico, tais como, o conceito de ecossistema formado por P - os organismos vivos e as inter-relações entre eles e o ambiente, a comunidade biológica marcada sobretudo pela variedade linguística que falam, a diversidade de organismos vivos em cujo lugar desenvolveram seu *habitat* e o princípio da abertura ou porosidade já que as comunidades estão em constante troca com as demais comunidades circunvizinhas, sejam as quilombolas sejam as comunidades urbanas que visitam o lugar.

Segundo Couto (2007), a “porosidade” refere-se à troca (envio e recepção) de energia do ecossistema para/de ambientes adjacentes. Para o autor, o fluxo de energia é algo constante na natureza. Os ecossistemas delinham-se como um contínuo, ou seja, suas fronteiras resultam de uma transição lenta e gradual, mas imbricam-se uns nos outros por migrações e trocas de matéria e energia. Em outras palavras, torna-se difícil delimitar onde termina um ecossistema e onde começa outro. Abre-se assim uma possibilidade de interpretação interessante acerca dos topônimos; os nomes de lugares acabam por ter, de alguma maneira, também a função de estabelecer as fronteiras e delimitar os limites socioculturais de cada T.

Cabe também retomar os conceitos ecolinguísticos de “adaptação e sustentabilidade” uma vez que o processo de adaptação foi fator decisivo para a

sobrevivência de povo Kalunga e para a manutenção de seus costumes e tradições em decorrência das mudanças significativas pelas quais passaram. Isso demonstra que, assim como os demais ecossistemas, as comunidades Kalunga apresentam um equilíbrio dinâmico sujeito às mudanças que as circunscrevem, mas com eficaz gerência dos recursos naturais e com uso adequado e bem explorado do que lhes oferece o ecossistema.

De acordo com Araújo (2014), os Kalunga apresentam um modo de vida de elevado grau de sustentabilidade, pois “realizam trocas de energia sem que seja comprometida a resiliência do sistema”. Eles se adaptaram ao lugar, parecem amalgamados à natureza, à flora, à fauna, aos rios e a tudo que lhes garante o sustento, a sobrevivência e a proteção. Há entre eles o medo iminente de serem novamente capturados e escravizados, por isso se mantêm firmemente ligados ao lugar, imersos na vegetação praticamente intacta da Chapada, constroem seus ranchos em locais de difícil acesso cujo caminho só eles conhecem.

Percorrem todo território usando trilhas que são feitas sem a demasiada devastação ambiental, sem abrir picada, mantendo o mato íntegro e natural como que para camuflar a entrada e saída dessas trilhas, que, uma vez descobertas, são abandonadas. Por outro lado, devido aos recursos e belezas naturais da região, o contato com outras populações vem se intensificando em níveis crescentemente preocupantes. Nesse sentido, as atividades rurais, principalmente agricultura de subsistência (plantio de arroz, fumo, milho e feijão), que sempre desenvolveram, vêm sofrendo influência urbana tanto no manejo agrícola como em outros âmbitos das atividades humanas, as quais foram consolidadas em tradições que remontam ao século XVIII e XIX, época em que, provavelmente, evadiram-se dos centros mineiros das Minas dos Goyazes em busca de liberdade.

Com relação à língua (ou variedade linguística) falada pelos Kalunga, cabe salientar que esse povo tem preservado a maneira de falar (principalmente em nível fonético) de seus antepassados com ritmo, curva melódica, prosódia e léxico próprios.

3 Os procedimentos de coleta de dados

A metodologia utilizada (empregada em onomástica) nesta pesquisa é uma combinação de levantamento bibliográfico, leituras e de investigação de campo. Procedeu-se, assim, à abordagem qualitativa, seguindo os parâmetros etnolinguísticos. A partir do levantamento dos nomes dados aos lugares Kalunga, se identificam as variáveis possíveis das fontes consultadas. Nos registros municipais, constam os nomes atuais pelos quais os lugares são conhecidos. Estes constituem as fontes primárias desta pesquisa. Em situação de nomeação espontânea (topônimo espontâneo), recorre-se às fontes orais, isto é,

moradores antigos, ou pessoas que se lembram dos fatos ou têm ciência deles por relatos anteriores. Dessa maneira, é possível produzir o mapeamento da região do ponto de vista da motivação dos designativos coletados durante a estada *in loco*. Sob a ótica linguística, fazem parte do estudo a etimologia dos topônimos, o estudo dialetológico, a estrutura gramatical e a correção fonêmica. Por outro lado, a abordagem qualitativa, possibilita a elaboração de hipóteses de trabalho, advindas da interpretação dos dados levantados. Confirmadas, elas servem de subsídio para comprovar as hipóteses levantadas acerca dos topônimos como índice para se compreender questões ambientais, sociais, históricas, culturais da população Kalunga.

4 A nomeação: relações entre topônimos e os lugares kalunga

O ato de nomeação pode ser entendido como um processo complexo que se inicia com a percepção da realidade: o biofato é apreendido do universo real; uma lexia virtual é escolhida para fazer referência a ele (semantização); com o passar do tempo e o do uso repetido do nome, torna-se topônimo (lexicalização). Nessa visão, o falante tem acesso direto ao mundo e cria a linguagem pelas interações socioculturais com seu grupo. Esse processo é resultado da interação entre os membros de uma comunidade linguística, entre si e com o ambiente. A nomeação tanto pode se dar coletivamente, por processo deliberado de escolha de um nome entre tantos outros, ou individualmente. O denominador tem autoridade para nomear o lugar, mas sempre atento à referencialidade, aspecto preponderante quando se intenta denominar os acidentes físico naturais ou culturais.

Nessa perspectiva, é necessário pensar o termo toponímico primeiramente como um componente do léxico da língua, que, por um percurso onomasiológico, converteu-se em locativo. Isso caracteriza um percurso gerativo da enunciação que compreende os seguintes passos: (i) a percepção biológica dos objetos do mundo que se transformam em substâncias estruturadas pela inter-relação língua, população e território; em seguida, (ii) tem-se a lexemização, que corresponde à produção de significação, ou melhor, deixa o nível cognitivo e se converte em signo. Na lexemização, as lexias são atualizadas no discurso proferido. O passo seguinte é (iii) a produção discursiva, isto é, ocorre a contextualização e a atualização propriamente dita, determinada por uma situação do discurso.

Sobre o significado do etnônimo “Kalunga” convém enfatizar que as primeiras informações sobre o povo Kalunga foram apresentadas por [1] Mari Baiocchi, que iniciou contato com eles em 1982. Considerando que a maioria dos grupos étnicos africanos que vieram para Goiás durante o Ciclo do Ouro (1722 a 1820) era de origem bântu, ou seja,

eram angolas, congos e moçambiques, é provável que essa seja também a origem do nome Kalunga.

Segundo Baiocchi (1999), o etnônimo “Kalunga” recobre uma vasta gama de significação e nuances de sentido que se estendem desde significados associados a pessoa ilustre, de grandeza e poder, homem nobre, a significados referentes a fonte de poder político de organização social fundada na terra, lugar sagrado dos ancestrais, mar símbolo de poder e ainda como uma forma de tratamento em quimbundo.

Para Anjos (2006, p. 123 apud ARAÚJO, 2014, p. 18), “o termo Kalunga tem sua origem etimológica em um termo multilinguístico banto, com o significado associado à grandeza ou imensidão, muitas vezes designando Deus ou a morte.” Embora os moradores se reconheçam como Kalunga, é mais comum indicarem a comunidade na qual vivem: Vão de Almas, Engenho II, Contenda.

Seguindo o levantamento feito por Velloso (2012), que indica o número de 14 roças cultivadas e nomeadas pelas famílias da comunidade de Engenho II, procura-se nesta seção fazer uma análise preliminar dos respectivos topônimos, observando aspectos relativos à etimologia, morfologia, semântica e categorização toponímica no sentido de tentar elucidar a motivação subjacente à escolha desses designativos toponímicos visto que as causas denominativas que lhes confere o *status* de designativo de lugar são, conforme já dito, as mais diversificadas possíveis. Segundo Araújo (2014), em nota de rodapé, os respectivos topônimos são resultado de associações feitas pelos membros do lugar no sentido de identificar e, de certa forma, reconhecer a posse dos roçados percebendo-os como itens culturais Kalunga. “Os nomes dessas roças estão associados ao nome das regiões nas quais se localizam. Contudo, ao fazerem referência à roça (ou parcela de terra) de uma família específica, o roçado recebe o nome do chefe daquela família”.

Assim, ao ser mencionado, o nome da roça é complementado pelo nome do proprietário, a saber: à roça do Fundão, acrescenta-se a expressão genitiva “roça do Ranulfo”. Situação que além de nomear, confere a posse do território, que é também um aspecto do nome em função toponímica que alude a questões histórico-culturais, uma vez que o antropotopônimo pode remeter a um indivíduo que não mais existe, uma figura histórica. De acordo com Piel, uma parte considerável do léxico toponímico do noroeste da Espanha é formado por nomes de antigos proprietários rurais. É um conjunto toponímico que apresenta em sua forma, características morfológicas de genitivo, ou seja, indicam a posse dos respectivos antropônimos. Entretanto, de acordo com Araújo, grande parte dos topônimos está relacionado aos nomes dos subagrupamentos das comunidades, ou seja, referem-se às próprias localidades onde se encontram as roças. São nomes utilizados que têm como referente os locais conhecidos por eles que pertencem às regiões oficiais. Há, em

outras comunidades, dados sobre antropotopônimos que aludem à posse, porém ainda não integram os dados deste estudo.

A descrição dos 14 topônimos é feita a seguir, de maneira mais sucinta devido ao pouco espaço deste artigo, mas procura-se, de certa forma, indicar os aspectos mais salientes do nome de lugar, sejam morfológicos, etimológicos, semânticos e ainda indicam-se as taxes nas quais cada topônimo pode ser inserido. Essas taxes estão em consonância com a proposta de Dick, que classifica os topônimos em duas grandes categorias de acordo com sua natureza antropocultural ou físico natural. Esse sistema taxionômico pode conter indícios importantes acerca da motivação subjacente aos designativos de lugar.

Topônimo: Brocotó

Etimologia: *sm.* Do tupi *mboró+ kotóg* [...] 2 Solo ressecado das baixadas, no período da estiagem, com montículos de terra, mais ou menos friáveis. 3 Lugar cheio de morros e grotas. 4 Terreno desigual, com altos e baixos. 5 Mato seco impenetrável. (variante: borocotó).

Estrutura morfológica: topônimo formado por duas raízes tupi; aportuguesado em um morfema apenas.

Taxionomia de natureza físico natural: litotopônimo (constituição do solo) (MICHAELIS, 1998, p. 360)

Topônimo: Bocaina

Etimologia: *sf.* Derivado de “boca” do latim *bucam*; depressão numa serra (Cunha, 1998, p. 114); escarpa de cordilheira aberta em forma de boca (Tibiriçá (2009, p. 29) apresenta o termo “Bocaina” como sendo de origem tupi, de *mbo-caia* com o significado de queimada feita para preparação de roça com a variante bocãia. Entretanto, dada a topografia do roçado, o significado mais coerente é o que o toma como derivado de “boca”, arrolado por Cunha (1998) e também atestado por Machado (2003).

Morfologia: topônimo formado por derivação sufixal boca + -ina (sufixo nominal de origens e funções) distintas.

Taxionomia de natureza físico natural: geomorfotopônimos (formas topográficas).

Topônimo: Candarú

Etimologia: sm variação de candiru; do tupi *kandirú*, Ictiol, designação comum a vários peixes nematógnatos da Amazônia, pequenos e hematófagos, das famílias dos Tricomictéridos e dos Cetopcídeos.

Morfologia: nome simples atemático (considerada a morfologia do português).

Taxionomia de natureza físico natural: Zootopônimo (elementos de índole animal).

Topônimo: Cercado

Etimologia: adj do latim *circa* ‘em volta de’, fechar com cerca, (em algumas regiões) lavoura.

Morfologia: adjetivo formado por cerc + -(a)do sufixo nominal do cast. *-ado*, que por sua vez, deriva do latim *-ātūs* que se documentam em adjetivos de origem participial de verbos da 1ª conjugação.

Taxionomia de natureza antropocultural: ergotopônimo (item da cultura material).

Topônimo: Chambá

Etimologia: sm espécie de planta herbácea pertencente à família das mitáceas; seu nome científico é *Campomanesia lineatifolia*. Machado (2003) indica o tupi como origem do termo, mas faltam dados e comprovações, pois o nome não aparece em Sampaio (1928), Cunha (1998) nem em Michaelis (1998).

Morfologia: provavelmente nome simples atemático, formado por uma raiz.

Taxionomia de natureza físico natural: fitotopônimo (elementos de índole vegetal).

Topônimo: Chapinha

Etimologia: de base *klappa*, desconhecida, ‘designação de qualquer peça lisa e pouco espessa feita de metal ou qualquer outro material consistente’.

Morfologia: nome simples formado pela raiz chap + -inha (sufixo nominal de funções distintas).

Taxionomia de natureza antropocultural: ergotopônimo (item da cultura material).

Topônimo: Choco

Etimologia: do latim tardio *clocca* ‘sino’ provavelmente celta; derivado de chocar ‘incubar’; qualitativo que se dá ao ovo em que se desenvolve o germe, podre, estragado. Para Machado (2003, p. 408), trata-se de um topônimo ‘Seixal’ em Portugal e no Brasil, um ribeirão do Paraná do sm choco.

Morfologia: nome simples a partir da raiz choc- + vogal temática –o.

Taxionomia de natureza físico natural: zootopônimo (já que indica característica de elemento de origem animal).

Topônimo: Fundão

Etimologia: do latim *fundus*, ‘profundo’, parte mais interior de um objeto.

Morfologia: nome simples formado pelo morfema fund + -ão sufixo nominal do latim –ō –ōnis que forma nomes oriundos de outros nomes com valor aumentativo.

Taxionomia de natureza físico natural: geomorfotopônimos (indica a forma topográfica).

Topônimos Marça e Marçazinho

Etimologia: não há registro nem em Michaelis (1998), nem em Cunha (1998); Machado (2003) traz apenas “Marçal” como em Várzea do Marçal.

Morfologia: nome simples (Marça) + -inho sufixo nominal de funções distintas. Como não foi encontrada a origem do topônimo, não se pode, pois indicar o respectivo corema.

Topônimo: Mato Seco

Etimologia: do latim tardio *matta* ‘esteira de junco’; seco do latim *siccus* –a –um ‘desprovido de umidade, de líquido, enxuto’.

Morfologia: nomes composto da raiz mat + adjetivo seco.

Taxionomia de índole físico natural: fitotopônimo (elemento de índole vegetal).

Topônimo: Palmeira

Etimologia: de palma + eira ‘designação comum a todas as plantas palmáceas, conhecidas como coqueiros e palmas, do latim *palma -ae* ‘parte interior da mão, folha de palmeira’.

Morfologia: nome simples de palm + -eir(a) sufixo nominal do latim *-ārius -āria*

Taxionomia de índole físico natural: fitotopônimo (elemento de índole vegetal).

Topônimo: Segredo

Etimologia: do latim *sēcrētum* ‘escondido, oculto’.

Morfologia: nome simples, formado pelo morfema lexical segred- + -o vogal temática.

Taxionomia de índole antropocultural: nootopônimo (elemento da vida psíquica).

Topônimo: Terra Vermelha

Etimologia: do latim *tērra* ‘território, região, chão, solo’; vermelha, do latim *věrmīcŭllus* ‘da cor do sangue’.

Morfologia: nome composto do morfema terr(a) + adjetivo vermelh(a).

Taxionomia de índole físico natural: litotopônimo (constituição do solo) ou ainda, cromotopônimo (escala cromática).

Comentários

Esta pesquisa ainda se encontra em andamento, muitos dados precisam ser certificados, no entanto, pode-se antever algumas questões referentes à natureza do objeto de estudo, ou seja, para compreender a motivação do denominador ao escolher um nome entre vários para designar um determinado lugar, é necessário pensar em procedimentos metodológicos que possibilitem a interpretação do ato de nomeação como um processo subjetivo de diferentes matizes. Em outras palavras, um topônimo nunca é escolhido ao acaso, arbitrariamente; há, outrossim, fatores que concorrem para a conversão de um nome comum a designativo de lugar. Fatores esses que revelam, de alguma maneira, a relação

entre língua, população e território. Pela descrição dos dados, foi possível verificar que dos 14 locativos escolhidos pelos moradores para nomear as roças, nove se inserem em categoremias de natureza físico-natural, o que indica um vínculo estreito com o território (T). Em outras palavras, os Kalunga se encontram em intensa sintonia com as coisas da terra, fazem parte da teia ecossistêmica do lugar, reforçam a inter-relação entre língua, população e território como numa rede de relações que repercutem entre si.

O que afeta um elemento do ambiente, afeta também os demais elementos do ecossistema. Embora tenham escolhido os nomes das sublocalidades já consolidados (nomes oficiais) para nomear suas roças, esses topônimos refletem as características de T mais saliente para a população Kalunga, pois muitos dos topônimos são descritivos, apresentam o objeto do mundo de forma bastante objetiva (Bocaina, Cercado, Fundão, Mato Seco, Terra Vermelha). Os demais topônimos, de natureza antropocultural, são em número bem menor e pouco significativo do ponto de vista da motivação, já que não configuram uma tendência cultural para designar os lugares ocupados. No processo de nomeação a inter-relação entre P e T representa aspecto preponderante.

Com a taxionomia proposta por Dick (1990), aliada a uma visão ecossistêmica da relação língua, população e território, tem sido possível esboçar alguns caminhos referentes aos motivos que levam o denominador a escolher um designativo entre uma miríade de nomes possíveis de escolha. Mediante esse estudo preliminar, foi possível verificar mais detidamente características do processo que envolve a nomeação dos lugares de um determinado território observando as relações estabelecidas e os aspectos recortados pela visão do nomeador.

Referências

- ARAÚJO, G. P. de. *O conhecimento etnobotânico dos Kalunga: uma relação entre língua e meio ambiente*. Tese (Doutorado em Linguística). Departamento de Linguística da Universidade de Brasília, 2014.
- BAIOCCHI, M. de N. *Kalunga: Povo da Terra*. Brasília: Ministério da Justiça, 1999.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- COUTO, H. H. do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Tessaurus, 2007.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

MACHADO, L. C. P. *Agrobiodiversidade*. In: CALDART, R. S. Dicionário de educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012. p. 100.

MACHADO, P. J. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. V. A-D.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998. PIEL, J. Considerações gerais sobre toponímia e antroponímia galegas. *Verba*, s/1, v. 6, p. 5-11. 1979. Disponível em: <dspace.usc.es/bitstream/10347/3556/1/pg_007-014_verba6>. Acesso em: 23 mar. 2013.

SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. Bahia: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1928.

SAPIR, E. Linguagem e ambiente. In: _____. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969. p. 43-62.

TIBIRIÇÁ, L. C. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. Aclimação: Traço, 2009.

VELLOSO, A. D. Velloso. *Mapeando narrativas: uma análise do processo histórico espacial da comunidade do Engenho II – Kalunga*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, 2007.

KÊNIA MARA DE FREITAS SIQUEIRA

Docente ensino superior da Universidade Estadual de Goiás (UEG – Pires do Rio). Professora colaboradora do Programa de Mestrado Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás (PMEL/UFG). Possui pós-doutoramento em Linguística na UNB. É membro da Academia Piresina de Letras e Arte. E-mail: keniamaraueg@gmail.com.